



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA CRMV-RJ Nº 20/2016.

EMENTA: Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas no âmbito do CRMV-RJ.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CRMV/RJ), no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

CONSIDERANDO que compete ao Presidente zelar pelo bom funcionamento do Conselho, expedindo os atos administrativos adequados;

CONSIDERANDO a importância de se observar os princípios da economicidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência;

RESOLVE:

Art. 1º. Esta Portaria regula os procedimentos para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como os procedimentos administrativos internos para emissão de bilhetes de passagens aéreas a serviço pelo CRMV-RJ.

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Para fins desta Portaria, considera-se:

- I. Agenciamento de viagens: serviço prestado por agência de turismo, compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de passagens, viagens e serviços correlatos, conforme especificações contidas no instrumento convocatório.
- II. Companhia aérea: empresas de prestação de serviços aéreos comerciais de transporte de passageiros;
- III. Passagem aérea: compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação;
- IV. Bilhete de passagem: compreende a tarifa e a taxa de embarque;
- V. Trecho: compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões, escalas ou ser utilizada mais de uma companhia aérea.

Capítulo II
DAS FORMAS DE AQUISIÇÃO

Seção I
Da Aquisição por Agenciamento de Viagens

Art. 3º. A aquisição de passagens aéreas se dará através de agência de turismo contratada pelo CRMV-RJ por meio de procedimento licitatório para o agenciamento de viagens.

§ 1º. Os valores relativos à aquisição de bilhetes de passagens serão repassados pelo CRMV-RJ à agência de turismo contratada, que intermediará o pagamento junto às companhias aéreas que emitiram os bilhetes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

§ 2º. É devida a contratação de seguro-viagem para o beneficiário quando da realização de viagens internacionais, garantidos os benefícios mínimos constantes das normas vigentes expedidas pelos órgãos do governo responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro.

Seção II
Da Aquisição Direta

Art. 4º. A aquisição de passagens aéreas somente será realizada diretamente das companhias aéreas credenciadas, sem intermediação de agência de turismo, quando a demanda não estiver contemplada pelo credenciamento, quando houver impedimento para emissão junto à empresa credenciada ou em casos emergenciais, desde que devidamente justificados.

Capítulo III
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 5º. São procedimentos administrativos para aquisição de passagens aéreas:

- I. Solicitação de aquisição;
- II. Pesquisa e reserva dos trechos;
- III. Autorização de emissão da passagem.

Art. 6º. Caberá a Presidência o encaminhamento de memorando ao Setor de Compras solicitando a aquisição das passagens aéreas, anexando a este os seguintes documentos:

- I. Programação do evento a que se refere à aquisição das passagens aéreas;
- II. Extrato da Ata da Sessão Plenária que aprovou a aquisição das passagens aéreas;
- III. Portaria de representação nos casos em que o beneficiário for designado a representar o CRMV-RJ;

§ 1º. No caso da aquisição de passagens para palestrante em evento, este deverá estar regularmente inscrito no Conselho Regional de sua jurisdição, comprovando tal regularização através de certidão emitida pelo respectivo órgão.

§ 2º. O palestrante não poderá ter pendências com o CRMV-RJ em relação à devolução de comprovante de viagem anteriormente realizada sob patrocínio do CRMV-RJ.

Art. 7º. Caberá ao Setor de Compras:

- I. Conferir a documentação inicial do processo, de acordo com o artigo 6º desta normativa;
- II. Realizar a pesquisa de preços;
- III. Efetuar a reserva;
- IV. Encaminhar o processo ao Setor de Tesouraria para informação acerca da disponibilidade orçamentária e financeira e, considerações pertinentes;
- V. Encaminhar o processo à Presidência para autorização da emissão dos bilhetes;
- VI. Solicitar a emissão dos bilhetes de passagens aéreas à agência de turismo contratada;
- VII. Confirmar se os bilhetes de passagem emitidos pela agência correspondem às reservas efetuadas;
- VIII. Anexar ao processo cópia dos bilhetes de passagens emitidos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- IX. Encaminhar documento ao beneficiário com informações acerca dos bilhetes aéreos.
- X. Encaminhar o processo ao Setor de Tesouraria para o pagamento de diárias e demais providências pertinentes.

Art. 8º. A escolha da melhor tarifa deverá ser realizada considerando o horário e o período da participação do beneficiário no evento, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente utilizando os seguintes parâmetros:

- I. A escolha do voo deve recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;
- II. Os horários de partida e de chegada do voo devem estar compreendidos no período entre 7hs e 21hs, salvo a inexistência de voos que atendam a estes horários;
- III. Em viagens nacionais, deve-se priorizar o horário de chegada do voo que anteceda em no mínimo 3hs o início previsto dos trabalhos, evento ou missão; e
- IV. Em viagens internacionais, em que a soma dos trechos da origem até o destino ultrapasse 8hs, e que sejam realizadas no período noturno, o embarque, prioritariamente, deverá ocorrer com um dia de antecedência.

§ 1º. A escolha da tarifa deve privilegiar o menor preço, prevalecendo, sempre que possível, a tarifa em classe econômica, observado o disposto neste artigo e no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973.

§ 2º. A tarifa de menor valor aplica-se a todos. Entretanto, em alguns casos devem ser observadas também a conveniência e oportunidade, a fim de que o beneficiário não tenha problemas de embarque e atrasos nos seus compromissos, devendo para tanto ser justificada a compra em tarifa mais onerosa.

§ 3º. Quaisquer alterações de percurso, data ou horário de deslocamento serão de inteira responsabilidade do beneficiário, se não forem autorizados ou determinados pela Administração.

Capítulo IV
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 9º. Caberá ao Setor de Tesouraria:

- I. Orientar o beneficiário acerca da prestação de contas;
- II. Receber, apreciar e aprovar a prestação de contas;
- III. Arquivar e manter o processo sob sua guarda.

Art. 10. A prestação de contas deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do retorno do beneficiário à origem e deverá conter:

- I. Relatório de viagem;
- II. Bilhete aéreo;
- III. Cartão de embarque.

§ 1º. Em caso de extravio do bilhete ou cartão de embarque, deverá ser apresentada declaração da empresa aérea onde conste trecho viajado, a hora e dia do embarque, e, número do voo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

§ 2º. No caso de emissão de bilhete através de tíquete eletrônico fica dispensada a devolução do bilhete.

Art. 11. Não será autorizada nova viagem para beneficiário que não tenha apresentado a prestação de contas de viagem anteriormente realizada.

Capítulo V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. As viagens devem ser programadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Aquelas cuja data da solicitação seja inferior a 10 (dez) dias da viagem devem ser justificadas.

Art. 13. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação desta Portaria serão resolvidos pelo Plenário do CRMV-RJ.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.

Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo
Presidente
CRMV-RJ nº 3562